

20 NOV 1984

Iniciada a renegociação da dívida

Criou-se certa expectativa ansiosa em torno da terceira fase da renegociação da dívida externa nacional. Afirma-se, com razão, que a renegociação será dura e que os banqueiros estrangeiros exigiram que, antes de qualquer decisão, o Brasil acerte com o FMI o programa de ajuste econômico correspondente ao exercício de 1985. Mas nada disso é novidade, e convém saber o que há de novo nessa renegociação.

Compreende-se perfeitamente que os banqueiros estrangeiros se mostrem ainda mais cautelosos do que antes ao encetar a terceira fase de renegociação da dívida externa. Todos sabem que o País se encontra num período de transição política importante, em que, muito provavelmente, a oposição (oposição a quem?), irá vencer, vitória esta que certamente repercutirá na orientação da política econômica nacional.

Diante disso, entende-se que os banqueiros estrangeiros aguardem o aval moral do FMI antes de dar sua resposta às autoridades brasileiras.

Convém lembrar que foi esta a condição apresentada nas duas outras vezes em que se discutiu a renegociação. Cabe notar que os banqueiros estrangeiros sabem perfeitamente que um compromisso com o FMI não constitui um acordo internacional, que envolva o país que o firma: uma carta de intenção dirigida ao organismo internacional é um instrumento suficientemente flexível e pode ser reconsiderado e revisto, conforme o atesta claramente o fato de em dois anos o nosso governo ter escrito seis cartas de intenção...

O mais importante, para os credores estrangeiros, é saber que o novo presidente da República, qualquer que seja ele, estará disposto a manter o diálogo com o FMI. Os dois candidatos afirmaram ser essa sua intenção.

Desse modo, se alguma dificuldade existe, situa-se ela, em primeiro lugar, no plano das relações do País com o FMI, para se chegar a acordo em torno da sétima carta de inten-

ção. Dois anos de política de ajustamento permitiram acumular certa experiência. Verificou-se que há condições de se reduzir, de modo até surpreendente, o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos e que a política de reajuste não estava sustando a recuperação econômica. Mais uma vez, porém, verifica-se que as prescrições do FMI não foram eficazes para conter a inflação, e não somente no Brasil. Diante deste fato, pode-se prever uma discussão difícil em torno da solução desse problema. Convém lembrar, todavia, que numa longa entrevista do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central com o diretor-gerente do FMI foram já fixados alguns princípios. Antes do dia 15 de dezembro será certamente possível obter o aval do FMI, que permitirá dar um passo à frente nesta terceira fase de renegociação com os bancos privados do Exterior.

A renegociação será difícil também porque, graças aos bons resultados alcançados no tocante ao balanço de pagamentos, o Brasil poderá

apresentar exigências bem mais substanciais do que as das duas outras fases anteriores. Embora possa parecer paradoxal, a verdade é que, quando aumenta o poder de barganha do país devedor, o acordo torna-se mais difícil e demorado. O Brasil quer vender a seus credores um pacote muito diferente do que o do passado. Está pleiteando uma renegociação plurianual e não apenas limitada a três anos, ou a um ano, como no passado; está pedindo também longo prazo de carência e substancial redução do *spread*.

O processo de renegociação iniciou-se por meio de contatos com os principais interlocutores e já existem alguns dados que permitem ir adiante. A semente foi lançada em terreno aparentemente fértil. É necessário que nosso governo se mostre um tanto paciente para que a planta germine. Mas tudo indica que os banqueiros estrangeiros, que ficaram bem impressionados com os progressos obtidos, têm também certa pressa em resolver o problema deste país que se tornou seu maior devedor.